

A ESTATAL QUE FICOU PARA TRÁS

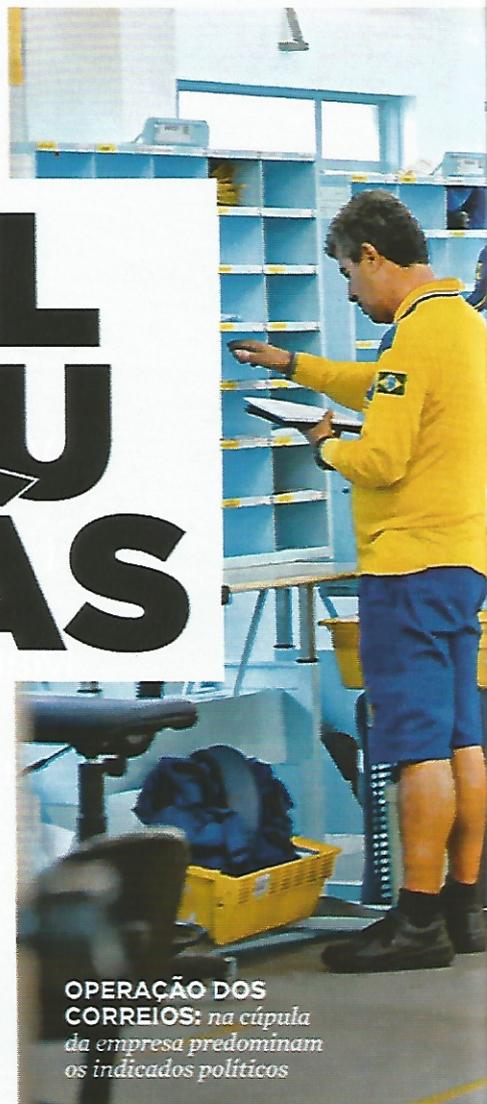
Os Correios caminham para o quinto ano de prejuízo, enquanto outras grandes estatais já se recuperam. Ali, nada mudou no velho jeito brasileiro de gerir uma empresa pública

FLÁVIA FURLAN

PASSADO UM ANO DE GOVERNO DE MICHEL TEMER, é inegável que houve avanços na economia: a inflação recuou para a meta do Banco Central, a taxa de juro está caindo e a recessão começa a ceder. Entra na mesma lista a reversão do quadro problemático em que se encontravam as principais empresas estatais federais. A reviravolta mais notável é a da Petrobras (veja reportagem na pág. 30). Eletrobras, Banco do Brasil e BNDES também passam por reorientações conduzidas por profissionais respeitados. Em todos esses casos, o que se vê é uma sintonia com o comando econômico do governo. Mas há uma exceção no plano das grandes estatais: a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Mais conhecida como Correios, ela enfrenta a pior crise financeira de sua história recente. Se não houver uma melhora sensível na situação, 2017 será o quinto ano seguido de prejuízo — mesmo com os Correios tendo o monopólio do

mercado em boa parte dos serviços que presta. No primeiro bimestre, a empresa perdeu estimados 500 milhões de reais. Desde 2013, o prejuízo acumulado é da ordem de 4,4 bilhões. O problema, porém, não é só de balanço. Mais preocupante ainda é o fato de a empresa ser gerida no velho esquema em que o interesse político fala mais alto — sem contar os escândalos de corrupção que rondam sua gestão.

O presidente dos Correios costuma ser escolhido pelo ministro das Comunicações, pasta à qual a empresa está vinculada. Quando Paulo Bernardo e Ricardo Berzoini, ambos do PT, estavam nas Comunicações, de 2011 a 2015, o escolhido foi o sindicalista Wagner Oliveira. Segundo a central sindical Conlutas, desde 2003 ingressaram nos quadros da companhia cerca de 700 sindicalistas, e 16 das 28 diretorias regionais eram comandadas por filiados ao PT. Já na gestão de André Figueiredo, ministro das Comunicações pelo PDT de outubro de 2015 a maio de



OPERAÇÃO DOS CORREIOS: na cúpula da empresa predominam os indicados políticos

2016, o presidente dos Correios foi Giovanni Queiroz, do mesmo partido. O atual presidente, Guilherme Campos, ex-deputado federal (DEM-SP), era presidente do PSD, partido do ministro das Comunicações de Temer, Gilberto Kassab. Campos foi nomeado por Kassab 21 dias antes da aprovação da Lei das Estatais, que impede que pessoas que participaram da diretoria de partidos políticos ou da organização de campanhas eleitorais nos 36 meses anteriores à indicação assumam a direção de estatais. “Numa empresa pública, quem está no exercício do poder tem o direito de fazer a indicação de quem acha mais capacitado”, diz Campos. “Vamos acabar com as indicações? Vamos privatizar a empresa, então?”

O aparelhamento se espalha por outros cargos. As oito vice-presidências



LUCAS LACAZ RUIZ/FUTURA PRESS

Mesmo com o monopólio de boa parte dos serviços, os Correios conseguiram ter lucro operacional em apenas cinco anos de 2000 a 2016

dos Correios estão ocupadas por apadrinhados de PDT, PSD, PTB e PMDB. Veja o caso de Darlene Pereira, vice-presidente de Encomendas. Ela é irmã do senador Telmário Mota (PTB-RR), que ficou conhecido ao mudar de última hora o voto a favor do impedimento da presidente Dilma. Segundo o senador, ele não influenciou a escolha e a irmã tem currículo para o cargo — administradora, ela antes era auditora na estatal CEB, distribuidora de energia de

Brasília. Não é a opinião da Associação dos Profissionais dos Correios, que em outubro ajuizou uma ação pedindo a saída de seis vice-presidentes por não atenderem à Lei das Estatais, entre eles Darlene. A empresa recorreu, o afastamento foi revertido em 48 horas e, posteriormente, comissões técnicas nos Correios e no ministério mantiveram os executivos. “Algumas avaliações para aprovar a diretoria foram generosas demais”, diz Marcos César Silva, repre-

sentante dos trabalhadores no conselho de administração dos Correios que votou contra os candidatos. A ação civil da associação aguarda julgamento. Enquanto isso, os vice-presidentes puderam voltar à rotina e escolher dois assessores especiais cada um. A posição já foi considerada inconstitucional pela Justiça do Trabalho. Os Correios só poderão mantê-los até 2018 por força de um termo de compromisso firmado com o Ministério Público do Trabalho.

Na tentativa de resolver a situação financeira, a atual diretoria dos Correios adotou um plano de corte de gastos. A meta é fechar até 350 das 6 470 agências postais e cortar o quadro de 117 400 funcionários da maior empregadora do país. Um plano de demissão incentivada, criado no ano passado, teve a adesão de 5 500 servidores —

abaixo dos 8 000 esperados e, por isso, um novo plano pode ser lançado. “Com essas medidas, o resultado deste ano não será positivo, mas acredito que haverá melhora sobre 2016”, diz Fernando Antonio Ribeiro Soares, conselheiro dos Correios e secretário de Coordenação das Estatais no Ministério do Planejamento. É um ritmo mais demorado do que o de outras estatais. De 2015 para 2016, a Eletrobras reverteu seu prejuízo em lucro e a Petrobras reduziu as perdas — no primeiro trimestre deste ano, voltou a ter lucro.

Algumas decisões de negócio têm causado estranheza. No fim de 2016, por exemplo, os Correios decidiram suspender o e-Sedex, serviço de entrega oferecido para o comércio eletrônico. A justificativa era que ele dava prejuízo — EXAME pediu o valor, mas a empresa não revelou, com a justificativa de ser essa uma informação estratégica. A Associação Brasileira de Franquias Postais obteve na Justiça, em dezembro, uma liminar para suas associadas continuarem a oferecer o produto. Em média, um terço da receita das 1 002 franquias dos Correios provém do e-Sedex. “O comércio eletrônico é um dos principais setores de expansão para as encomendas e descontinuar um produto dessa maneira, sem uma alternativa, é um erro gravíssimo de estratégia”, diz um ex-diretor dos Correios que preferiu não ser identificado.

SOB SUSPEITA

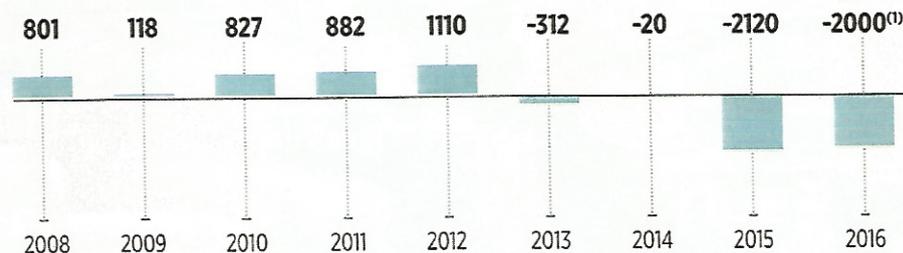
Com pouca transparência, influência política e má gestão, os Correios têm sido um dos palcos preferenciais da corrupção. No primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2005, a descoberta de pagamento de propina em licitações dos Correios acabou por revelar o mensalão, um grande esquema de compra de votos de partidos da base governista. Já no governo Dilma Rousseff estourou o rombo no fundo de pensão Postalís, dos funcionários dos Correios. O fundo teve prejuízo estimado em 3 bilhões de reais por investimentos malsucedidos em títulos de bancos que quebraram, em empresas-fantasma ou em recuperação judicial. O Postalís tem

PIOR QUE A ENCOMENDA

Os Correios devem registrar o quinto ano consecutivo de prejuízo em 2017, o pior desempenho financeiro de sua história recente. Veja os motivos

O BALANÇO DOS CORREIOS

Resultado líquido (em milhões de reais)

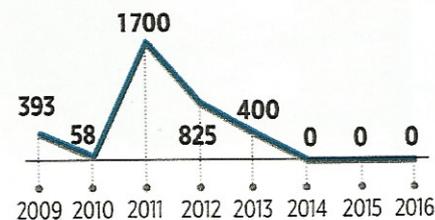


OS MOTIVOS DA CRISE

O APETITE DO ACIONISTA

No primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, o governo sangrou o caixa dos Correios para melhorar seu resultado primário

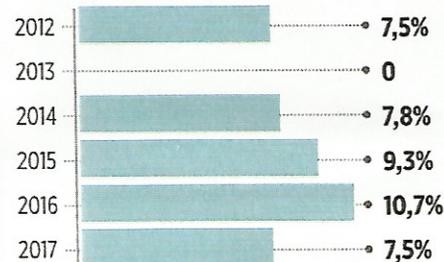
Dividendos repassados à União (em milhões de reais)



O CONGELAMENTO DAS TARIFAS

O governo também congelou os preços dos serviços de monopólio, como as cartas, e causou uma perda de receita de 1,2 bilhão para a estatal

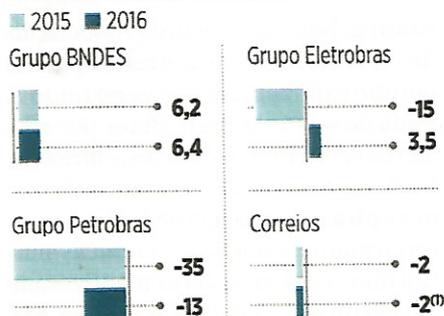
Reajuste médio dos preços (em %)



Em relação às demais estatais, os Correios estão atrasados na recuperação de seu resultado. E ainda sofrem com os velhos problemas de gestão

O DESEMPENHO DAS ESTATAIS

Resultado (em bilhões de reais)



OS PROBLEMAS DOS CORREIOS

ALTA INFLUÊNCIA POLÍTICA

Os 25 cargos de direção estão ocupados por indicados políticos: o presidente, oito vices e 16 assessores — uma ação dos trabalhadores pede a saída dos vice-presidentes

FALTA DE PLANEJAMENTO

A empresa decidiu tirar do mercado um serviço para clientes do comércio eletrônico, que responde por 30% das vendas dos franqueados, sem dar opções. Por liminar, teve de voltar atrás

(1) Estimado Fontes: ADCAP, Correios, Ministério do Planejamento e Tesouro Nacional



CARTEIRO AMERICANO:
62 bilhões de dólares de prejuízo em uma década

ANDREW NELLES/REUTERS

O monopólio estatal não está em xeque só aqui: 56 países deixaram de ter reserva de mercado para o setor público no serviço de correio

sido forçado a pedir contribuições adicionais dos segurados, que já devem chegar a 20% do valor da aposentadoria. Agora, a encrenca está na gestora do plano de saúde dos empregados. A Postal Saúde foi criada em 2013 para reduzir os custos, mas eles cresceram 44% desde então, para 1,7 bilhão de reais no ano passado. O plano beneficia 400 000 pessoas, permite que pais de funcionários sejam incluídos como dependentes, algo raro no mercado de planos de saúde, e é 93% custeado pela empresa. Um relatório da Controladoria-Geral da União mostra que havia ali abusos como a emissão de guias de exames médicos para beneficiários falecidos. Segundo EXAME apurou, o Ministério Público

de São Paulo investiga, no âmbito da Operação Lava-Jato, a Postal Saúde num contrato de 2014. Uma empresa contratada para fazer exames médicos anuais nos funcionários teria repassado propina a executivos dos Correios e da Postal Saúde que permitiram que o negócio fosse realizado. O destino seria quitar despesas do PT.

Como se tudo isso não bastasse, no primeiro mandato de Dilma, o caixa dos Correios foi esvaziado para contribuir com o resultado primário federal, numa época em que o governo torrava dinheiro para estimular a economia e usava a contabilidade criativa para fechar no azul. Quase 3 bilhões de reais em dividendos foram retirados dos Correios

pela União de 2011 a 2013. Além disso, na tentativa de controlar a inflação, o governo congelou o preço dos serviços monopolizados, como os de cartas e cartões-postais, que representam metade das receitas da estatal — assim, houve perda de 1,2 bilhão em faturamento de 2012 a 2014. Enquanto isso, as despesas cresceram em ritmo superior ao das receitas. “Houve um problema de gestão: os diretores deveriam resguardar a empresa frente ao acionista, mas não foi o que ocorreu”, diz Daniel Gontijo Motta, coordenador-geral de auditoria de estatais da Controladoria-Geral da União. “Um corpo técnico e um conselho independente ajudariam para que isso não acontecesse.”

Diante de todos esses problemas, as saídas imaginadas seriam a quebra do monopólio e a privatização. O próprio governo já tocou no assunto, mais como uma ameaça do que como um plano de ação. Parte dos países desenvolvidos já passou por esse processo, como a União Europeia, desde meados dos anos 90. Nos 192 países que formam a União Postal Universal, 56 já quebraram o monopólio, 18 têm uma estatal de capital misto ou um mercado totalmente privado. Nos países que ainda não fizeram esse movimento, a discussão se dá porque as estatais não têm conseguido ser eficientes e estão com os balanços pressionados. No Brasil, de 2000 a 2016, os Correios só tiveram lucro com o serviço postal em cinco anos. Nos Estados Unidos, a empresa estatal também tem monopólio de parte dos negócios e está numa sequência de dez anos de prejuízos, que já somam 62 bilhões de dólares. Quem é contra a privatização diz que o setor privado não iria querer atuar em áreas afastadas, poucos rentáveis. Países europeus resolveram isso criando um fundo que compensa as perdas nessas regiões. “A abertura gradual do mercado postal traz mais competição e mais inovação”, diz Tadeu Gomes Teixeira, professor de administração na Universidade Federal do Maranhão que acaba de lançar um livro sobre os Correios. “Eu sou favorável ao Brasil trilhar esse caminho.” A alternativa é continuar a conviver com o atraso. ■

“SE NÃO QUER INDICAÇÃO POLÍTICA, PRIVATIZA”

GUILHERME CAMPOS, PRESIDENTE DOS CORREIOS, DEFENDE QUE QUEM ESTÁ NO EXERCÍCIO DO PODER TEM O DIREITO DE INDICAR OS PRESIDENTES DAS ESTATAIS

O engenheiro Guilherme Campos, de 54 anos, foi deputado federal por São Paulo (PFL e DEM) de 2007 a 2015. Há 11 meses assumiu a presidência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos com a missão de reverter um prejuízo bilionário. O jeito, segundo ele, é cortar custos, principalmente de pessoal. Mas há resistência. “Muitas pessoas não aceitam. É o ‘postalcentrismo’: a ideia de que o mundo gira em torno dos Correios.” Campos foi indicado pelo ministro das Comunicações, Gilberto Kassab. Antes, era presidente do PSD, partido de Kassab. Sobre a nomeação, ele diz: “Toda indicação em estatal é política. Vamos acabar com as indicações? Então vamos privatizar”. A seguir, trechos da entrevista com Campos.

Por que os Correios têm apresentado perdas desde 2013?

Nos últimos 20 anos, o negócio de serviços postais virou de cabeça para baixo. As principais empresas do setor buscaram alternativas. Os Correios, não. Foi natural avançar em serviços de entregas rápidas — temos uma fatia da ordem de 30% nesse negócio. Só que crescemos abaixo do mercado. Ou seja, avançar nessa área não foi suficiente.

O que precisa ser feito?

Trazer a empresa para uma realidade de custos diferente da de um monopólio, que permite uma série de benefícios que hoje não são mais viáveis. De 2000 a 2016, os Correios só tiveram resultado operacional em cinco anos. Isso ficou claro quando a União tirou do caixa da companhia



CAMPOS, DOS CORREIOS: *contra o “postalcentrismo”*

ALEX SILVA/ESTADÃO CONTEÚDO

mais de 6 bilhões de reais em dividendos desde 2007. Na empresa, muitas pessoas não aceitam o plano de corte de custos. É o “postalcentrismo”, a ideia de que o mundo gira ao redor dos Correios.

Qual o plano para trazer os Correios à realidade de custos?

Precisamos cortar custos com pessoal, que representam dois terços do total. Fizemos um plano de demissão para 17 000 pessoas, esperávamos 8 000 adesões e só 5 500 aderiram. Estamos avaliando a reabertura. Também queremos cortar o plano de saúde, uma despesa de 1,7 bilhão de reais. Temos 400 000 vidas, custeamos 93% do valor e permitimos a inclusão de pai e mãe dos funcionários. Nossa proposta é custear 100% do plano do trabalhador e que dependentes e ascendentes sejam custeados pelo funcionário.

Qual a chance de ocorrer uma privatização dos Correios?

Essa é uma palavra recorrente nos Correios. Minha missão, neste momento, é a recuperação da empresa. Mas privatização é um assunto que pode voltar caso o plano de recuperação não tenha resultados.

O senhor defende indicações políticas para as estatais?

Os Correios são uma empresa pública há 354 anos, e os cargos de direção são de indicação política, de pessoas de dentro ou de fora da empresa. Toda indicação em estatal é política. Vamos acabar com as indicações? Então vamos privatizar. Sou uma pessoa ligada ao varejo, tive atividade empresarial, fui político, e isso não me desqualifica. Quem está no exercício do poder tem o direito de indicar quem considera ser mais capacitado.